

VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA - ACTAS

A Península Ibérica - um espaço em mutação
Vol. I



Publicações da Universidade do Porto

1995

Título: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA – ACTAS

Subtítulo: A Península Ibérica – um espaço em mutação

Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO, PORTUGAL. Telef. +351 2 694462 Fax. +351 2 698736

Nº: 2

Volume: I

Edição: 1ª

Localidade: Porto

País: Portugal

Mês: Maio

Ano: 1995

Nº de exemplares: 1500

© 1995, Universidade do Porto e Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto

Capa: Nazareth Rego (montagem com base na fotografia aérea em infravermelhos da ACEL, 1990)

Revisão: Grupo de Documentação do VI Colóquio Ibérico de Geografia

Tratamento de imagem: Silvano Rego

Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro

Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto

Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda

Data: Janeiro de 1996

Depósito Legal nº: 92751/95

Vol. I

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Cidades e Metrópoles 3. Ruralidades
4. Dinâmicas Industriais 5. Políticas Regionais e Locais.

Vol. II

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Turismo e Lazer 3. Geografia Física
e Ambiente 4. Geomorfologia 5. Climatologia e Hidrologia. 6. Catástrofes Naturais e
Impacte Ambiental

Vol. III

Temáticas: 1. Geografia Física e Ambiente 3. Recursos Naturais e Ordenamento do Território
4. Investigação e Ensino em Geografia

ALTO DOURO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SUA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

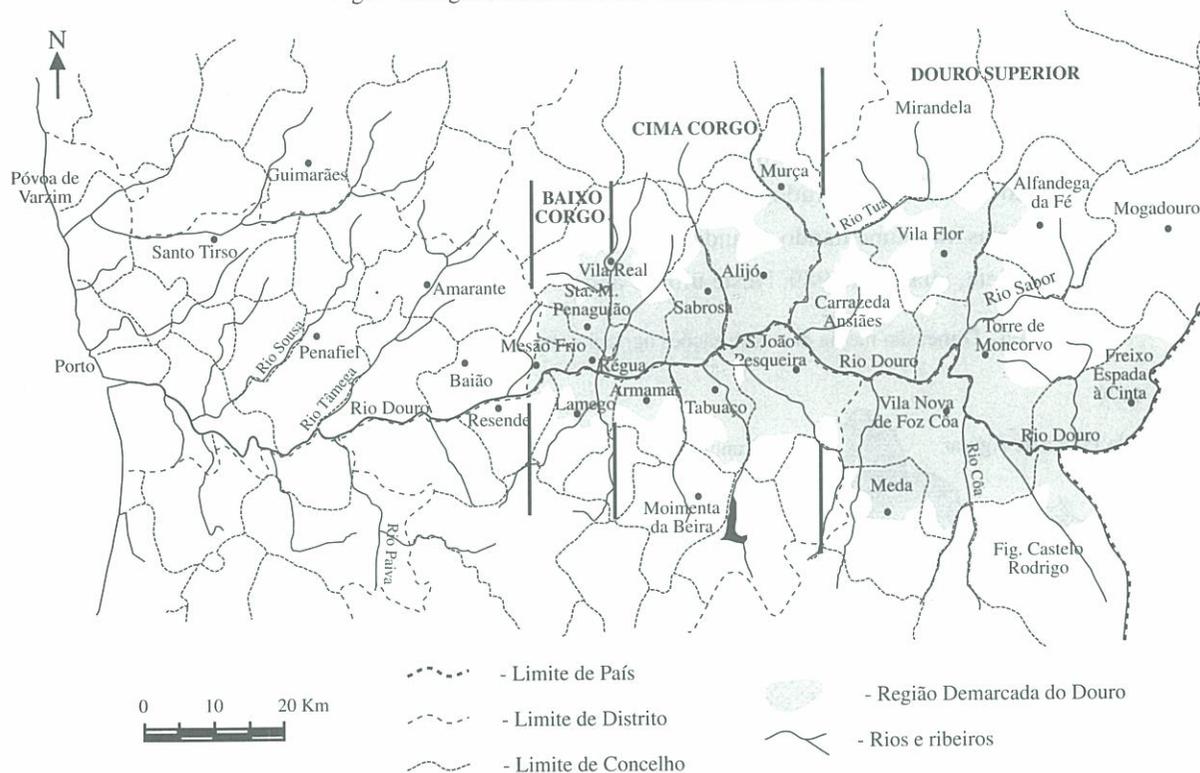
MARIA HELENA MESQUITA PINA
Instituto de Geografia – Faculdade de Letras do Porto

A Região Demarcada dos Vinhos do Alto Douro, a primeira região vinícola a ser demarcada à escala mundial, abrange uma área total que ultrapassa os 250 000 hectares. Região heterogénea, apresenta, no entanto, sempre o Rio Douro como sua “espinha dorsal”, enquadrado por um vale encaixado onde a vinha se encontra em múltiplos socalcos.

Nesta comunicação, devido à escassez de tempo, apresentarei de modo muito sintético apenas alguns apontamentos relativos à estrutura fundiária da Região Demarcada.

Importa desde já referir que a Região se encontra actualmente dividida em três subregiões (Fig. 1):

Fig 1 - A Região Demarcada dos Vinhos do Alto Douro



Fonte: Instituto do Vinho do Porto

Baixo Corgo: pólo inicial do desenvolvimento da vinha. Efectivamente, no século XVII, entre os vinhos referenciados em documentação diversa provenientes do Norte de Portugal e que já constituíam um elemento destacado no comércio externo português, referem-se os “vinhos de Lamego”. Como a designação da origem dos vinhos o indicia já, os vinhedos concentravam-se nas proximidades do referido núcleo urbano de Lamego, envolvendo-o e unindo-o ao Rio Douro.

Estende-se actualmente esta subregião desde Barqueiros, limite oeste da Região, até à confluência do Rio Corgo na margem direita e da Ribeira de Temilobos na outra margem com o Rio Douro.

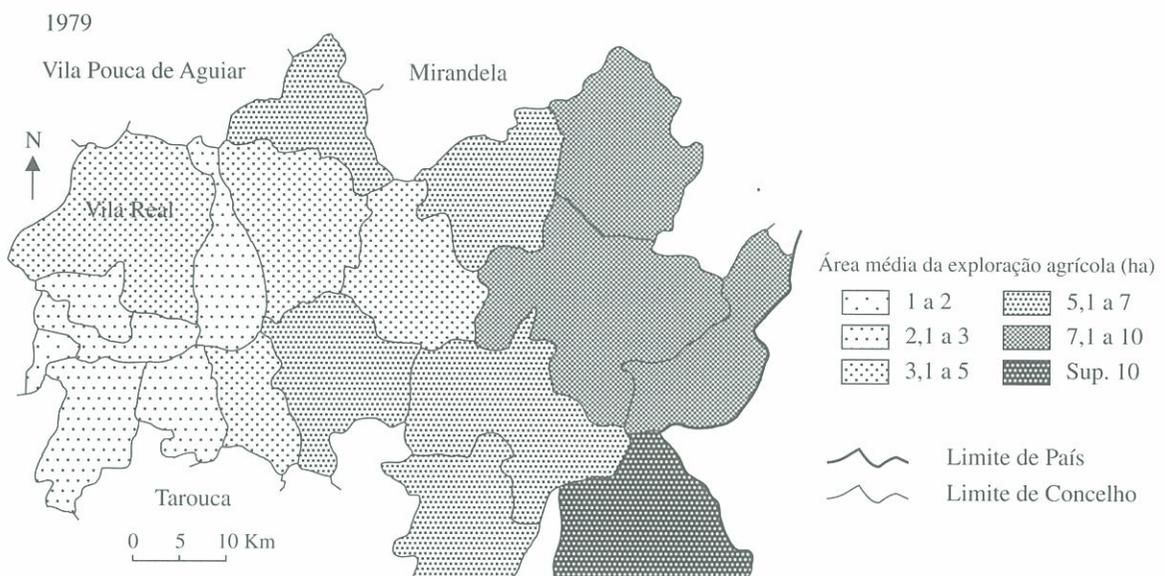
Cima Corgo: localiza-se imediatamente a montante da subregião anteriormente referenciada, ou seja o Baixo Corgo. Abrange uma área muito vasta que se espalha aproximadamente até ao meridiano do Cachão da Valeira. Enquanto na subregião anterior a vinha e as actividades que habitualmente lhe andam conexas dominavam indubitavelmente a estrutura económica local, no Cima Corgo a área destinada à vinha decresce aceleradamente, surgindo outros tipos de cultura com grande implantação, nomeadamente a oliveira. Em oposição, a produção vinícola desta área é habitualmente de superior qualidade justificando plenamente que aqui se localize a área tradicionalmente designada por “Coração do Vinho do Porto”.

Douro Superior: congrega toda a área situada a montante do meridiano que passa pelo Cachão da Valeira até à fronteira com Espanha. Das três subregiões é no Douro Superior que a vinha apresenta menor expressão. Efectivamente, esta cultura apenas se desenvolveu nesta subregião após a destruição do Cachão da Valeira em 1792. Só então se quebrou o “isolamento” em que esta área se encontrava.

É certo que ao longo da sua história a região sofreu diversas alterações que se repercutiram quer nas suas demarcações, quer, inclusivamente, na importância relativa de cada uma das subregiões existentes. Nesta comunicação, contudo, fixar-nos-emos apenas na situação existente em 1979 e 1989, ou seja, tendo por base documental os recenseamentos agrícolas dos referidos anos. Acrescente-se ainda que debruçar-nos-emos somente na análise de alguns indicadores relativos à estrutura fundiária da região¹.

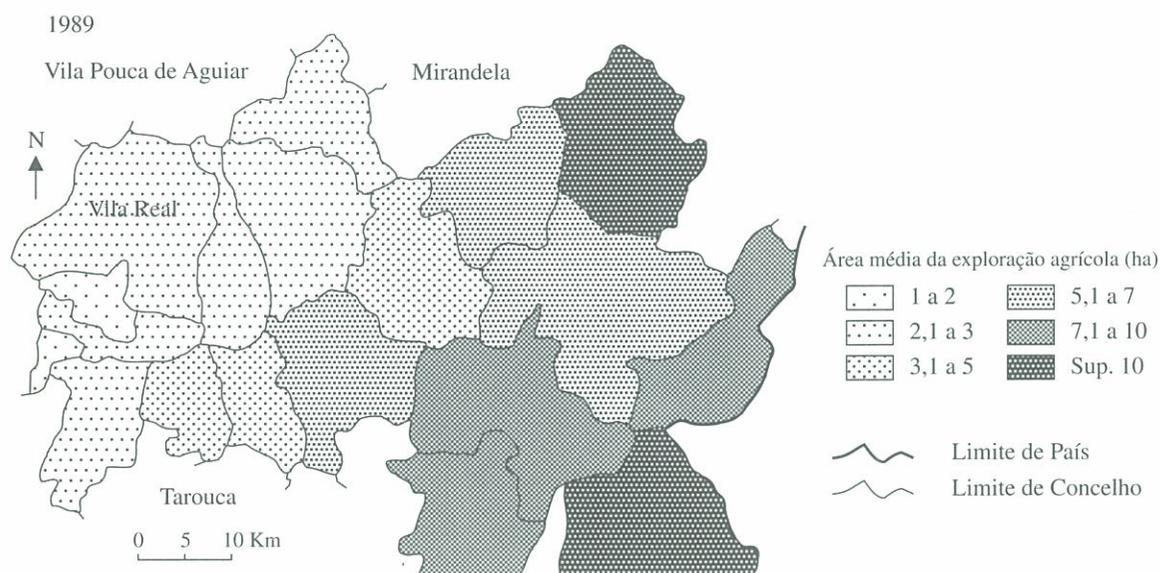
Um dos indicadores primordiais corresponde à dimensão da exploração agrícola. Efectivamente (Figura 2) a dimensão média das explorações agrícolas sediadas na área em análise era em 1979 de 5,17 ha, sendo evidentes, contudo, assimetrias espaciais. De facto em 1979 a dimensão média das explorações agrícolas vai aumentando quando nos encaminhamos do Baixo Corgo para o Douro Superior, situação que se repete, aliás, em 1989. Neste último ano os contrastes aprofundam-se inclusivamente.

Fig. 2.a - Dimensão média das explorações agrícolas em 1979



¹ Chamamos desde já a atenção para o facto de parte da cartografia a apresentar ter sido realizada tendo por base espacial de análise o concelho, apesar de nem sempre existir uma coincidência entre os referidos limites e os da região Demarcada dos Vinhos do Alto Douro.

Fig. 2.b - Dimensão média das explorações agrícolas em 1989



Fonte: Recenseamentos Agrícolas de 1979 e 1989, I.N.E.

Mas se a informação relativa à dimensão da exploração agrícola constitui um óptimo indicador, não é contudo suficiente para nos retratar as características reais das explorações agrícolas. Na realidade, qual o grau de parcelamento dessas explorações? Qual o seu grau de dispersão? São evidentes as repercussões de um elevado grau, quer de um, quer de outro na economia agrícola da área.

Relativamente ao grau de parcelamento ele apresenta-se muito acentuado, pois em termos médios cada exploração agrícola apresenta a sua área agroflorestal dispersa por 6 a 7 blocos. Naqueles concelhos incluídos integralmente na Região Demarcada, o número de blocos por exploração é mais limitado pois restringe-se aos 3 a 5.

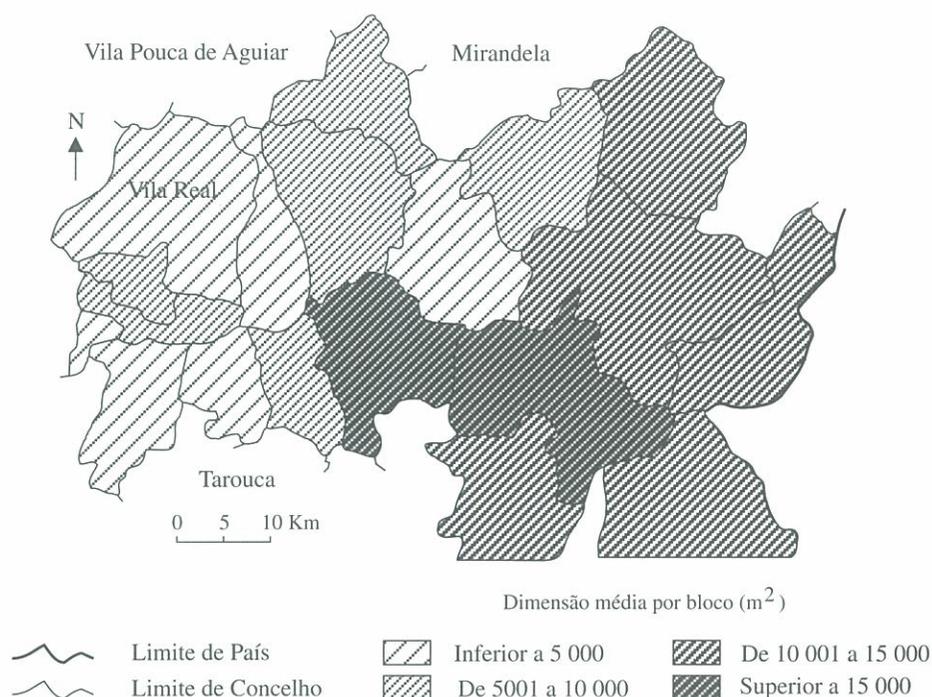
Se à informação anterior associarmos a dimensão média por bloco (Fig. 3), facilmente somos confrontados com o grande parcelamento das explorações agrícolas sediadas no Baixo Corgo, a que se segue uma “auréola” com valores intermédios que, por sua vez, envolvem o designado “Coração do Vinho do Porto”. É certo que concelhos como Sabrosa ou Alijó ou Carrazeda de Ansiães se vêm colocados numa posição subalterna, apesar de se enquadrarem na área mais favorecida em termos vitivinícolas, mas nos referidos casos têm de ser tidos em consideração, entre outros factores, o relevo extremamente acidentado com que nos defrontamos, nomeadamente os vales extremamente encaixados dos Rios Pinhão e Tua, propiciadores da multiplicação dos socalcos e do extremo parcelamento das explorações agrícolas.

No entanto, independentemente da informação em que fundamentemos a nossa análise, as conclusões obtidas apenas vêm corroborar o referido anteriormente: as assimetrias espaciais são nítidas, evidenciando-se pelas suas características as explorações sediadas nos concelhos que se enquadram no “Coração do Vinho do Porto”.

Mas uma questão subsiste ainda: qual a influência exercida pelas explorações agrícolas de tipo empresarial na estrutura fundiária da Região Demarcada?

Para responder a esta questão é suficiente a análise da estrutura das explorações agrícolas localizadas em três concelhos exemplificativos dessas influências:

Fig. 3 - Dimensão média por bloco em 1979



a) Vila Nova de Foz Côa: neste concelho embora a área média das explorações agrícolas aqui sediadas corresponda a 6,8 ha e a dimensão média por bloco corresponda a 1,63 ha, se analisarmos esta informação desagregada por classes de área, verificamos que 55,8% das explorações agrícolas com dimensão total inferior a 3 ha congregam 14,7% da área agrícola. Em oposição 3,8% das explorações dominam 36,5% da área agrícola. De facto, é evidente a presença de grandes explorações de tipo empresarial num emaranhado de pequenas explorações familiares;

b) se penetrarmos agora no Baixo Corgo, designadamente nos concelhos de Peso da Régua ou Mesão Frio, sobretudo neste último concelho, a situação é similar embora com matizes mais graves. De facto, nesta área o número total de explorações agrícolas com dimensão total inferior a 3 ha atinge os 91,4% abrangendo 47,4% da área agrícola.

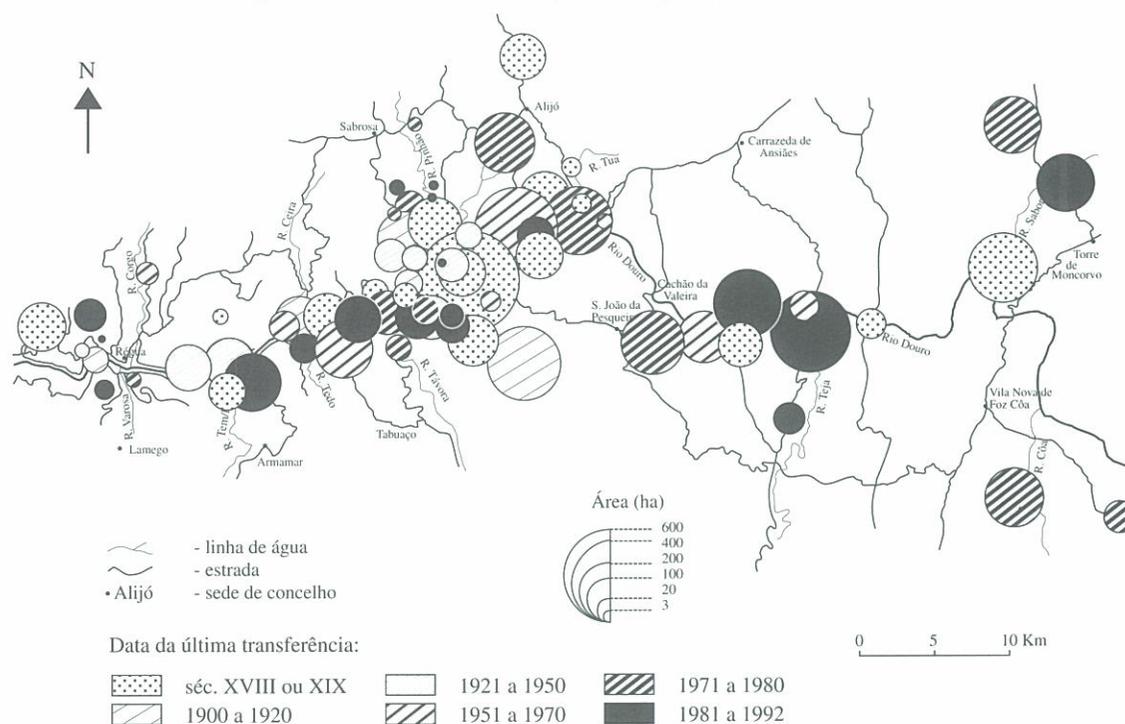
Mas também a informação relativa à natureza jurídica do produtor nos possibilita a detecção de assimetrias. Na realidade, os agricultores autónomos detêm 52% a 75% das explorações agrícolas, localizando-se os valores mais destacados ao Baixo Corgo. Pelo contrário e se analisarmos somente aquelas explorações cuja natureza jurídica do produtor corresponde à designada como empresarial, a situação inverte-se. Os valores que congregam variam entre 24% e 47%, localizando-se os mais destacados na área “mais nobre”, centrada do Pinhão. É, na verdade, a área preferencial da implantação dos bens fundiários das Grandes Casas Produtoras e Exportadoras do afamado néctar, como aliás a Fig. 4 o confirma. Efectivamente é nítida uma grande concentração de grandes quintas nessa área, embora o Cima Corgo também se evidencie.

Mas existem outras ilações possíveis de extrair da figura: é no “Coração do Vinho do Porto” que se localiza a maior percentagem de quintas cuja última transferência jurídica se concretizou ainda no século XIX². Contudo o interesse das Casas Exportadoras pelo sector produtivo é notório nesta subregião,

² Independentemente de corresponderem a alienações ou à transmissão de bens por herança.

pois é elevado o número de quintas que foram adquiridas ainda nos anos oitenta deste século, tendência que prosseguiu nos primeiros anos da década de noventa. Estas últimas aquisições quando não se concretizaram na área “mais nobre”, dispersaram-se por toda a região, embora preferencialmente localizando-se nas proximidades do Pinhão.

Fig. 4 - Data da última transferência jurídica das principais quintas do Alto Douro.

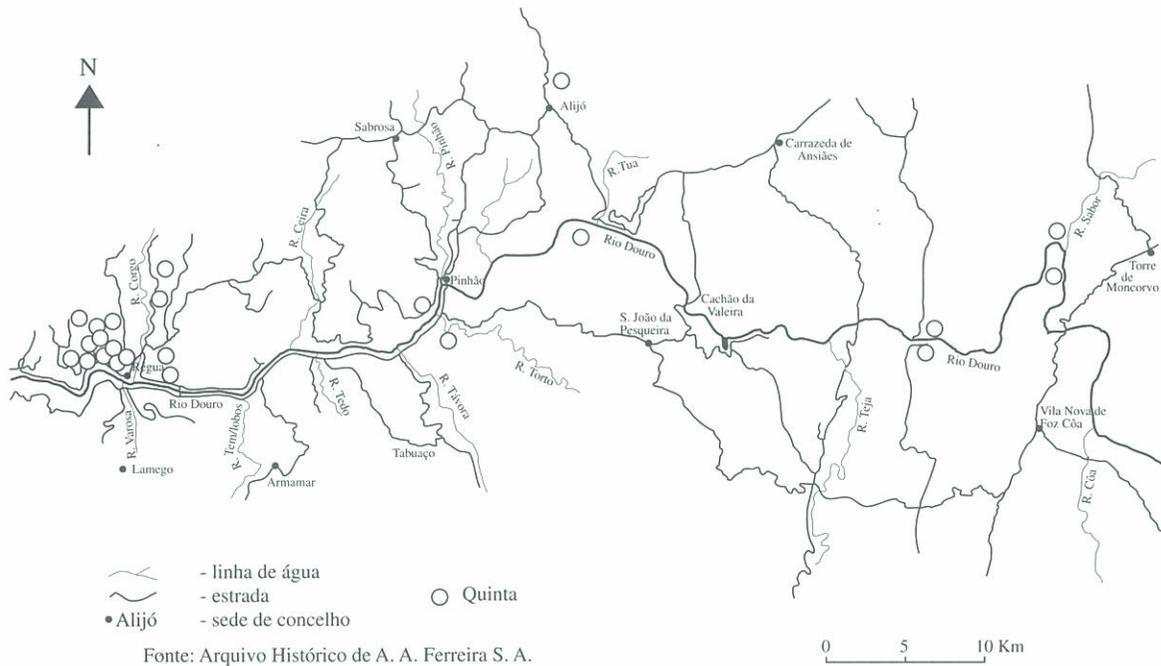


Uma outra característica muito divulgada entre as referidas empresas corresponde ao grau de dispersão das quintas que constituem o seu património rústico, embora centrando-se preferencialmente no “coração” da região como já referimos por diversas vezes. Esta dispersão foi sofrendo adaptações sucessivas, em sintonia clara aliás, com interesses económicos subjacentes, crises fitopatológicas (oídio e filoxera no final do século passado), etc.

Um dos exemplos típicos das características aludidas anteriormente encontramos-lo numa das Casas Produtoras e Exportadoras de Vinho do Porto, a A. A. Ferreira S. A.. A sua base de implantação no Alto Douro recua ao século XVIII, embora com um estatuto jurídico diferente do actual. O seu período aúreo centrou-se, de acordo com diversas fontes, no século XIX e com especial destaque para a gerência de D. Antónia Adelaide Ferreira. Efectivamente localizando-se então a sede original da sua empresa na Régua (Século XVIII), a grande maioria das quintas que constituíam o seu património fundiário localizavam-se nas proximidades do entreposto da Régua (Fig. 5). Contudo, após a destruição do Cachão da Valeira a penetração para montante foi-se acentuando até atingir a área administrativa de Vila Nova de Foz Côa. O aproveitamento das potencialidades descobertas nas novas áreas foi efectivo.

Após a morte de D. Antónia Adelaide Ferreira e com as sucessivas gerações, a divisão e dispersão do património rústico inicial foram muito acentuadas. Actualmente a firma A. A. Ferreira S. A., “herdeira” da Casa Exportadora do Vinho do Porto, concentra o seu património nas áreas

Fig. 5 - Património rústico de D. Antónia Adelaide Ferreira em 1898 (apenas as quintas)



mais privilegiadas, política aliás seguida pela grande maioria das Casas Exportadoras, nomeadamente pelas firmas que pertencem à família Symington. Consequentemente o contraste é flagrante quando comparamos as Figs. 6 e 7 com a Fig. anterior.

Uma questão fica em suspenso: qual o futuro da Região Demarcada do Vinho do Porto tendo em atenção as tendências e as assimetrias apresentadas?

Fig. 6 - Património rústico actual (1992) de A. A. Ferreira S. A.

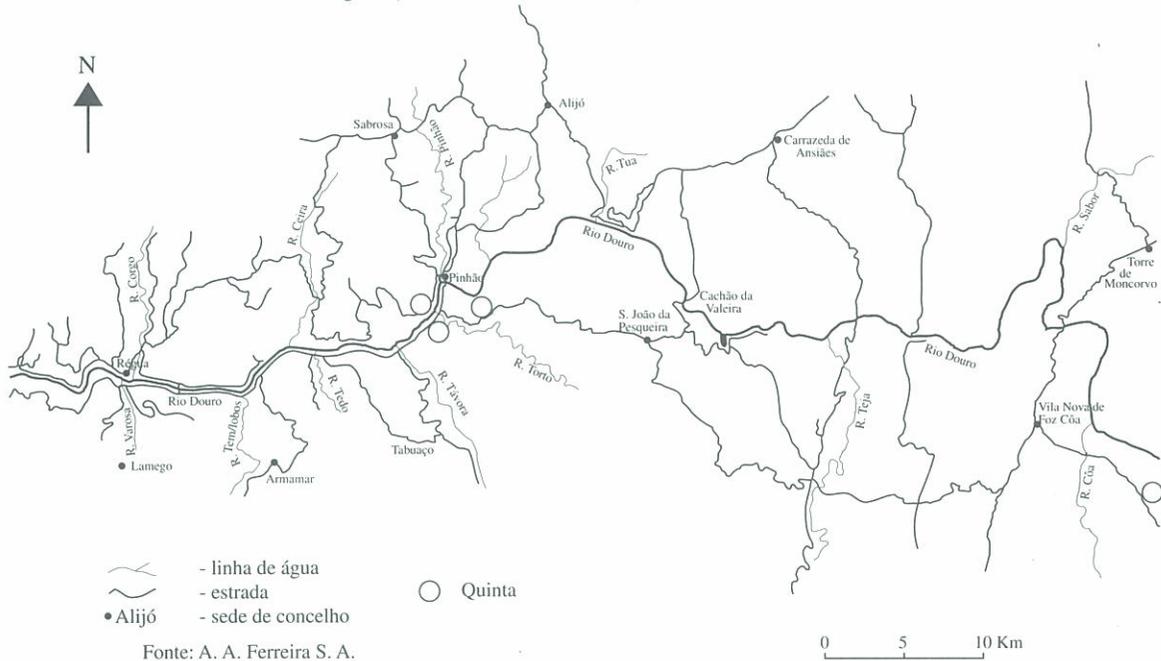
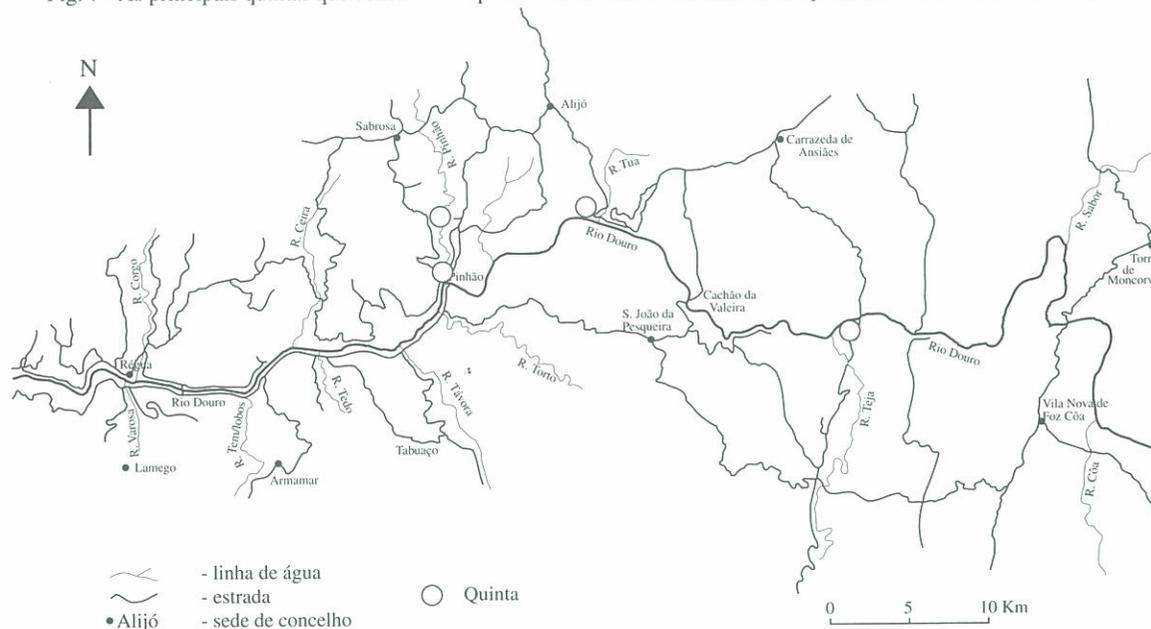


Fig. 7 - As principais quintas que constituem o património rústico actual das firmas pertencentes à família Symington.



Bibliografia

- AMORIM, Carlos, *Casa do Douro – quinquagésimo aniversário*, Edição da Casa do Douro, Régua, 1983
- AZEVEDO, Correia de, *O Douro maravilhoso*, Litoarte, sem data
- CORDEIRO, J. Alcino, *Quintas do Douro*, Régua, 1941
- COSTA, Pe. A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, 3 volumes, Lisboa
- FONSECA, A. Moreira da e outros, *O vinho do Porto – Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*, Instituto do Vinho do Porto, Porto, 1987
- Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamentos Agrícolas de 1979 e 1989* (distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu), I.N.E., Lisboa
- LEMA, Paula Bordalo, *O Alto Douro*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1980
- LIDDELL, Alex, PRICE, Janet, *Port wine quintas of the Douro*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992
- MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1990
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de Oliveira, *O Douro e as navegações*, in “Trabalhos de Geografia e História”, Coimbra, 1975